

O
REFORMISTA

15 DE DEZEMBRO
DE 1849

O REFORMISTA.

JORNAL POLITICO, LITERARIO, E COMMERCIAL.

A imprensa é a voz da sociedade moderna.
O seu silencio é a morte da liberdade.

Publica-se na Typographia de P. T. do Brito e Comp. na rua da Areia n. 23: e sahira, por ora, quando for possível. Preço da assinatura 1200 rs. por 12 meses; vende-se avulso, na Cidade Alta, loja do sr. Joaquim da Silva Guimarães Bengoza, rua Direita a Cidade baixa, na Botica de Sr. Francisco Pereira Freire, rua das Convertidas n. 28; a 100 rs. a folha, os communicados, e correspondencias de interesse publico terão inserção gratis; e as que o não forem pagarão o que se ajustar, vindo todas legalizadas.

O REFORMISTA.

O REFORMISTA CHAMADO A RESPONSABILIDADE.

O sr. Dr. João Antonio de Vasconcellos, querendo mostrar-se mais zeloso do que todos os mais seus colegas Presidentes, por isso mesmo que tem necessidade de justificar-se, ordenou ao dr. Promotor Publico, que chamasse a responsabilidade o art. que vem impresso no numero 48 do *Reformista*, e que tem por titulo A Constituinte! A Promotoria formulou sua denuncia, e apresentou-a perante o juiz municipal e delegado dr. Manoel Tertuliano Thomas Henriques, sendo accusado o art. de que se trata como incursão na disposição do art. 90 do Cod. Crim. com referencia ao 86.

A simples leitura desse artigo demonstra de sobejo, que só o desejo de perseguir a imprensa, de acabar com o *Reformista*, levou a presidencia a assim proceder; por quanto ali na lá mais se fez do que enumerar-se os males, que soffre o Brazil, e mostrar-se que tudo provinha da mal organização da Constituição, que devia ser reformada de maneira, que ficassem bem descreminados os poderes politicos do estado; que des-se fortes garantias aos direitos do cidadão Brasileiro, tornando-as uma realidade, e não uma chimera, com que nos embalaão; que facultasse as provincias todas as franquias necessarias para o seu desenvolvimento material e moral, e que desaparecesse por uma vez essa te-nebrosa centralização absoluta, que nos enfraquece e amofina.

Em que pois ha nisto de criminozo? Não será permitido pela nossa legislação apontar-se os defeitos da constituição e das leis, e mostrar-se a necessidade de sua reforma?

Mas para que cansar-nos com essa demonstração? Foi resolvida a perseguição do *Reformista*, e o seu responsavel será pronunciado.

Aguardamos o desfecho deste negocio; esperaremos pelos fundamentos da pronuncia para então nos occuparmos mais extensamente da materia.

Resolveo-se destruir a Typographia, e ella foi publica e escandalosamente roubada: o presidente não deo a menor providencia, e naturalmente não desaprovou esse acto do mais feroz vandalismo. Com a publicação do nosso n. 15, com o qual muito se agastarão os dominadores pelas verdades, que ali foram ditas, tratou-se de acabar inteiramente com a Imprensa, pa-

ra o que uma nova busca serviria de pretexto; até houve consulta sobre o melhor meio de praticar-se esse acto abominavel. Mas um club se fez, composto dos 4 directores do partido governista, sob a presidencia de um 3.º, que esta destinado para ouvir e obedecer, sob pena de não ser mais o que é, e um desses directores estigmatizou quanto pode esse acto nefando praticado com a Typographia, dizendo haverem muitos outros meios para se acabar com a imprensa, como chamando a responsabilidade o *Jornal*, e prendendo os compositores, do que existião alguns exemplos; e que esse de que se lançou mão desacreditava o partido; não podendo ser desculnado esse acto na Camara dos Deputados, onde infalivelmente appareceria. Um dos que fazia parte no conclave só tratou de desculpar ao seu irmão; o outro não fallou se não em justificar seu sobrinho, e o 3.º, e o presidente se conservarão calados, aquelle por que entendia que só se devia uzar de meios directos para acabar-se com a imprensa, e o 2.º por que não tendo vontade esperava pela resolução da maioria para executá-la.

Assim pois deixou de ter lugar a 2.ª assaltada da Typographia; e ou fosse por que S. Ex. de tudo foi sabedor, ou por que em suas profundas cogitações julgasse, que o melhor meio de não ver publicados seus violentos e arbitrarios actos, e de seus agentes, era a responsabilidade, ordenou que o Promotor desse principio a tarefa, e assim se executou!

O governo quer tirar a opposição todos os recursos legais; o governo quer-nos levar ao desespero: parece provocar-nos por todas as maneiras; não temos a mais piquena garantia: os opposicionistas mais importantes são constantemente ameaçados em sua existencia; o recrutamento vai escalando; as prisões se succedem diariamente, o sueto lavra em todas as classes, e a pesar de tudo a opposição se conserva em seu posto, e não dará motivos para essa facção conseguir suas vistas sinistras. DEZENGANAI-VOS.

SUSPENÇÃO DA CAMARA DA CAPITAL

S. Ex. o sr. João Antonio de Vasconcellos, que se ha mostrado sempre solícito em advinhar, e satisfazer os desejos da facção, de que se deixou cercar pelo instinto da propria conservação, acaba de suspender a Camara Municipal desta Capital, mandando que ella seja processada. Cremos ser esta a 4.ª Camara, que tem sido privada de exercer suas funcções, e é de crer que em breve a facção se veja livre das de mais Camaras,

que ainda existem, pois que parece que o sr. Vasconcellos se envergonha da existencia dessas corporações eleitas no principio de sua administração, por que provão sua entã crassa ignorancia da *theoria do voto livre*, que elle com tanta habelidade, e conhecimento soube pôr em pratica nas ultimas eleições da policia!

Os fundamentos, de que a presidência lançou mão, e que se lêem em sua Portaria aqui transcripta não abonam de certo os conhecimentos jurídicos de S. Ex., e admira que em vista desse, e de quasi todos os seus actos, elle houvesse em algum tempo gozado dos foros de homem de instrucção. Nessa Portaria nada mais ha de que um verdadeiro excesso, e abuzo do poder, que, se não por maldade, por uma crassa ignorancia, encontrou crime onde não existia, e excedeu os limites de sua jurisdicção.

A Camara procedeo a apuração das authenticas da eleição, escolhendo no caso de duplicata a que lhe pareceo mais legal, conforme para isto a *autorisava a lei de 19 de Agosto de 1846*.

O Presidente da provincia, tendo ouvido a respeito a mesma Camara, *ordena* que ella ponha sem effeito a apuração, e que proceda a outra, marcando as actas que devião ser apuradas. Podia o presidente da provincia expedir semelhante ordem? Não: por que a citada lei não lhe dá para isto *autorisacão*, e o acto da apuração é exclusivo da Camara, que neste caso seria entidade nulla, se o poder tivesse a faculdade de dizer - *apure neste e naquelle sentido*. Se a Camara porem estava procedendo contra a litteral disposição da *lei*, ao governo cumpria explicar qual seu verdadeiro sentido: se fosse reitente, e progredisse, não obstante a explicação, ou interpretação do poder competente, tinha este o arbitrio de mandar que o *orgão da justiça* a accusasse perante o juiz competente, ou então a suspenderia; e a que lhe succedesse executaria a lei, conforme a intelligencia dada. Assim procederia qual quer governo regular, e que não quisesse ostentar um luxo de arbitrio, e o desprezo pela lei. Mas a presidencia não quiz rebaixar-se em explicar a lei: ordenou que outra apuração se fizesse, marcando as actas, que devião ser apuradas; e nestas circumstancias o que deviria fazer a Camara? Resistir? Não: por que, alem de ser uma corporação subordinada ao presidente, não tinha ella meios para oppôr-se a essa ordem illegal, já por que lhe faltavão os meios, já por que o presidente tinha a sua disposição a arma da suspensão, e da multa, sendo por tanto inutil sua resistencia. Procedeo por tanto como devia, e o caso exigia: cumprio a ordem, consignando na acta, que a considerava como illegal, não tendo porem meios para deixar de executá-la.

Diz porem a presidencia nessa celebre Portaria, que restava a Camara o recurso do art. 155 §. 2º do cod. crim. Vejam porem até onde chega a jurisprudencia do sr. Vasconcellos.

Nesse artigo a lei pune aos que demorem a execução de qual quer ordem, ou requisição legal para representar acerca della: salvo *quando parecer evidente*, que foi obtida ob e subrepticamente, ou *contra a lei*.

Pela exposição feita vê-se, que a Camara não demorou a execução da ordem emanada da autoridade legitima, embora a considerasse como illegal. E não demorou para reflexionar, por que o presidente a tinha mandado ouvir, e ella respondeo dando a razão do seu procedimento, e mostrando a maneira, por que entendia a lei. Ora se o sr. Vasconcellos não se dignou, e nem se limitou a dizer, que a intelligencia dada pela

Camara era erronea, e *ordenou* que ella fizesse outra apuração no sentido das conveniencias do seu partido, om que pretexto poderia ella demorar a execução para reflexionar? A *tér-se isto verificado*, dava-se uma verdadeira resistencia, cujas consequencias seriam a suspensão, e a multa, a qual se havia de cobrar sem appello nem agravo como a experiencia já mostrou; e o resultado seria nenhum, por que S. Ex. iria suspendendo até q' encontrasse Vereadores bastantes submissos, que sanctificassem sua illegal dsliberação.

De mais, dizendo a lei, que a demora na execução da ordem só poderia ter lugar quando parecesse evidente, que ella tinha sido obtida contra a lei, não podia a Camara lançar mão de um tal pretexto, por que a questão estava ventilada e não se podia suppor, que a ordem tivesse sido obtida da presidencia com falsas informações, havendo a mesma presidencia procurado pôr-se ao facto da materia, ouvindo a Camara. E assim ou esta devia resistir, e não podia, por que legalmente ninguém pode com um governo, que faz obediência, e alarde em ser violento e arbitrario; ou devia cumprir como o fez, dando na acta os motivos desse cumprimento.

E o que diremos da celebre determinação de - serem riscadas e cancelladas, de maneira a não poderem ser lidas nos livros da Camara, as palavras tanto da Indicação, como da deliberação, que principião de - *toda via* - até terminante ordem - para que não ficasse memoria? Nem na lei de 4 de 8brº de 1834 nem na do 1º de 8brº de 1828, nem na de 19 de Agº de 1846, e nem em outra qual quer encontramos *autorisacão* dada para isto aos presidentes de provincia. Mas que importa isto, se o sr. Vasconcellos, que assentou de se tornar celebre e original em sua administração, não conhece outra lei, que não seja sua vontade caprichosa? Entendeo, que lhe erão desairosas as palavras consignadas na acta da Camara, e mandou-as riscar, embora lhe faltasse para isto *autorisacão* legal, e não prevísse o ridiculo, que da li lhe provinha. Coitado porem do sr. Vasconcellos! Estava tão cego, e tão apaixonado, que se não lembrou, de que - essas palavras fataes - serão sempre lidas na acta, que foi para o Ministro do Imperio, e nas que servirão de diploma aos eleitos, e que devem ficar no archivo da Camara dos Deputados: se S. Ex. tem o poder de mandar riscar ali essas - mortificantes palavras que - o faça.

Sob o titulo de *calúnnia e injurias* encontramos no Cod. Crim. o art. 241, no qual se manda, que encontrando o *juiz* calúnnias e injurias em allegações, ou cotas de autos publicos, as mandará riscar a requerimento da parte offendida. Terá S. Ex., no caso do que se trata, feito o papel de juiz, lembrando-se então, que estava no exercicio da vara dos Feitos da Fazenda na Bahia, e não na presidencia da Parahyba? E quando assim seja, quem lhe o requereu? Qual foi a parte interessada, que se lhe apresentou? Mandando riscar essas palavras, o sr. Vasconcellos considerou-as como injurias a si ou a Camara? A Camara não pôde ser; e quando, por absurdo, assim se entenda, S. Ex. não podia mandar riscar, por que ella não requereu. Se erão injurias a S. Ex., então tam bem não podia mandal-as riscar, por que o Aviso de 10 de Dezembro de 1838 diz, que a disposição do citada art. 241 do Cod. Crim. não pode comprehender o caso do serem as calúnnias e injurias escritas nos autos contra a pessoa do *juiz*, por dever ser litteral e restricta a sua intelligencia, tendo lugar então o procedimento, ex officio, por denuncia do Promotor Publico; nos termos

dos arts. 37 e 74 do Cod. do Proc. E assim em nenhum caso, ainda figurando S. Ex. como juiz, e não, como presidente, podia mandar riscar essas palavras, que tanto o amofinarão.

Não nos cansemos mais em mostrar o arbitrio do presidente; S. Ex. vai querendo imitar ao despotico *El-Rei* Honorio: mas desengane-se o sr. Vasconcellos, por mais que faça, nunca se lhe poderá dar o titulo de Vice Rei: outros são os que hão de obter esta honraria.

Mostrando-se pela acta de 7 de 9brº passado, que entre outros acompanhou o officio da Camara Municipal desta Cidade com data de 4 do corrente, dos trabalhos no acto da apuração da votação dos Collegios Eleitoraes da Provincia ultimamente celebrados, que a mesma Camara tendo de cumprir o que relativo a apuração lhe havia ordenado o Governo em 9 d'aquelle mez, por officio inserto na acta, em uma função - em que a Lei a lhipia a tomar votos, deliberara que não podendo, e não tendo meios de resistir a tão terminante ordem fizesse-se a apuração conforme se determinara, posto que contra a Lei, segundo consta da acta: quando, a considerar illegal a ordem, como considerou, tinha os meios que em tal caso lhe facultava o art. 155 §. 2º do Cod. Crim., e não o de resistencia, tratando assim em Sessão publica um negocio criminoso contra a litteral disposição do seu Regimento, e Lei regulamentar das Eleicoes. O Presidente da Provincia usando do direito, que lhe confere o art. 5 §. 8 da Lei de 3 de 8brº de 1834 suspende do exercicio das respectivas funções a referida Camara Municipal, composta dos Vereadores P. Felipe Bonfio da Figueira Galvão, Vigario Joaquim Antonio Marques, P. Antonio de Mello Muniz Maia, Claudino do Rego Barros, Francisco Ignacio Peixoto Flores, e João Baptista de Carvalho, e manda que seja competentemente processada para ser punida pela prevaricação, alem do em que na forma da Lei deva mais ser julgada incurso: não comprehendendo esta ordem a tres dos Vereadores presentes a votação, por serem vencidos no officio da Camara de 6 d'aquelle mez, e authores da representação de conformidade com cujas idéas se expedio a ordem de que trata a resistencia. Outro sim para que não fique memoria deste procedimento nos livros da Camara, ordeno que sejam riscados, e cancellados, de maneira a não poderem ali ser lidas as palavras tanto da indicação, como da deliberação, que principião de - *toda via* - até terminante ordem - inclusive. Palacio do Governo da Parahyba 7 de Dezembro de 1846 João Antonio de Vasconcellos. Está conforme. Lindolfo José Correia das Neves. Secretario.

O FESTOJO DO DIA 2

O dia 2 de Dezembro, anniversario de S. M. o Imperador, que tem sido sempre festejado nesta capital pelos chamados *desordeiros* com o maior entusiasmo, e pompa quando no poder, foi para os homens, que se alcinhão de *ordeiros*, e que hoje infelizmente dominão, dia de nenhuma importancia, de nenhum regozijo, e a final podemos dizer de luto: por quanto os mais decididos saquaremas não se apresentarão no acto do cortejo, só forão a Palacio 4, ou 5 empregados publicos, e hum, ou dous inspectores de quartirão; e a

maior parte dos Officiaes da guarda nacional deixarão-se ficar em suas casas rindo-se da miseria dos *taes ordeiros*: hums porque estão certos de sua impunidade, outros por que se abrigão a sombra dos invulneraveis; e por esta causa tivemos de ver, pela primeira vez, nesse dia 13º praças pouco mais, ou menos, commandadas por 5 officiaes, compoendo a *brilhante* parada, que tanto honra aos actuaes dominadores.

Tudo isto indica a ordem que existe na guarda nacional; o respeito, que os soldados consagrão aos seus chefes, e o amor, e a sympathia que elles teem à tal gente *ordeira*. Como não hade isto acontecer, se a gente, que está no poder, não goza da menor sympathia na população, não tem o menor conceito?

Ainda mais - teremos de lamentar, quando forem suspensos, ou demittidos os poucos officiaes, que partilhão das nossas idéas, e que teem as sympathias dos soldados que commandão; então não terá o governo gente para guardar as suas fronteiras! Bem estava o governo se no tempo presente precisasse da guarda nacional para marchar contra insurgentes; de certo nenhum só appareceria, visto como não comparecerão na marcha daquelle dia dous, onde as descargas são uma prova, ou um signal de regosijo publico, e não fazem, como em outras, arripiar as carnes. Vê-se pois do que vimos de dizer, que tudo repelle o *saccharismo*, por que n'elle tudo marcha para o desmemoramento dessa ordem, que elles tanto apegão, e de que nenhum caso fazem. E agora perguntaremos se S. Ex. consentirá, que um semelhante despreso pelo anniversario natalicio de S. M. I. fique impune? S. Ex. não enxerga no proceder de *taes*, e *taes* individuos uma perfeita cassuada, ou antes a quebra de sua força moral? Não fará punir com um bem merecido, e justo castigo a esses officiaes, que se mostrarão relaxados, e tão pouco zelosos do serviço publico? Lance S. Ex. suas piás vistas para esses mappas, que se achão na sua secretaria, e veja se a menor parada que aqui se apresentou em dias *taes* excedeo, ou não a esses rafados do dia 2! Acreditamos, que S. Ex. que tem a seu geito, e modo, e vontade montado a guarda nacional, fará punir aquelles, que nenhum caso fizeram do seu convite, para que o publico fique sciente de que S. Ex. nenhuma parte teve em tão reprovado despreso.

Homens da *Ordem*, desengai-vos de que não sois vós os aptos para dirigirdes os destinos do paiz: que não tendes as sympathias da Nação; e que a final o vosso systema de governo, só apoiado nas bayonetas, vai-se tornando infructifero, vai cabindo em desprezo; mudai de proceder se quereis ser applaudidos.

Villa do Pillar.

UM ASSASSINATO FEITO PELA POLICIA DO SR. VASCONCELLOS.

Um subdelegado supplente em exercicio da Villa do Pillar reuio uma força, e mandou prender no lugar chamado Jurupiranga a Antonio Pereira, por suspeitas de ser ladrão de cavallos.

Ao chegar a esse lugar encontrarão a victima jogando com outros, e todos, ao avistarem a escolta tratarão de fugir: tanto terror inspira a policia actual! A *es-* prova de *resistencia* a escolta não hisiteu, e oito tiros forão ac no mesmo tempo disparados contra os *resistentes fugitivos*. A victima, que se ia assim pren-

der, cahio ferida mortalmente de uma bala, que se lhe encravou na nuca, e sendo conduzida para a Villa morrera poucas horas depois!!.....

Os sicarios disputavão entre si a gloria de quem tinha sido o assassino; e era horrivel o observar o prazer com que se dizia - fui eu, que matou!

Estamos certos que este crime atroz ficará impune, como o tem ficado muitos outros; ao menos sempre saber-se, que se deve ter tanto receio da policia do sr. João Antonio, como do assassino que espreeita a victima, que pretende immolar a sua ferocidade.

Consta que esse supplente do subdelegado, aterrado a principio pelas consequencias legais desse crime horrivel praticado pela policia, partira immediatamente para esta Cidade, e que aqui obtivera absolvição plena, e fôrá mandado em santa paz! Desta sorte, em vez de marcharmos na estrada da civilização, e moralidade, nos vamos barbarizando de dia em dia, e chegaremos nessa progressão a um estado horroroso!

E o governo, e só o governo é a causa de nossos males. Se elle é o primeiro a dar tao terrivel exemplo de impunidade: se quem estiver revestido de autoridade pode, sem receio de punição, commetter quantos crimes quizer, como será possível conter-se aos particulares nos seus excessos em vista de taes exemplos? Que força moral podera ter a autoridade para fazer punir os culpados, quando estes lhe disserem - nós tam-bem sois criminosos, e o lugar que vos compete é o mesmo, em que me acho?

Reconhecemos a possibilidade de poder ser iludida a primeira autoridade da provincia, principalmente a que, como o sr. João Antonio de Vasconcellos, só tem olhos para ver, e ouvidos para ouvir o que se diz contra os que lhe fazem opposição. Mas se ella é bem intencionada, ou se ainda tem alguns restos de moralidade, no momento em que se põe em duvida a veracidade das informações, que lhe foram dadas, trata de averiguar o facto com cautela e prudencia, e, chegando ao conhecimento da verdade, descarrega a espada da justiça, sem respeito a quaesquer considerações.

É será capaz de semelhante esforço o Exm. sr. dr. João Antonio de Vasconcellos? Não o cremos, por que seria elle sair do seu elemento.

Devemos pois ir marchando assim mesmo, até que Deus, compadecido de nossos sofrimentos, agrida para nunca mais voltar o homem de todos os partidos! A Ordem não registra este facto, e nem o registrará.

Dizem-nos que outro assassinato tivera lugar na quella mesma Villa, sendo igualmente praticado pela policia, e por causa de uma questão de móca; e que o facto foi tao execravel, que os deminadores dali não se poderiam eximir da obrigação de prender o inspector, que commandava a escola!

Tomaremos informações a respeito: e sendo exacto o que nos asseverar, levaremos tudo ao conhecimento do Reitor.

-4-

EXAMEAMENTO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL.

No dia 10 do corrente reuniu-se a Assembleia Provincial, que havia sido adiada a 27 de 7hr^o, e, tendo no dia 12 votado a lei do orçamento, deu por findos os trabalhos.

Para q' porem o publico conheça o character da gente, de q' se compõe o partido dominante, cumpre dizer, q' os ordenanças da presidencia, ao encerrar a Assembleia seus trabalhos, e na occasião mesmo, em que os deputados sabião do salão, lançarão foguetes do ar, e

se tocou o sino do Lyceó, espreeitando elles com muito cuidado, e tendo em uma mão o fogueiro, e na outra o lição, o momento do encerramento da Assembleia!! Admirar-nos-iamos de tanta rediculação, de tanta infamia mesmo, se ignorassemos, que a essa gente falta toda moralidade, todo pudor, e honestidade, e se não tivéssemos presenciado o escandaloso roubo da Typographia, as injurias, e insultos dirigidos a Camara da Capital, e muitos outros factos proprios de semilhante canalha.

Por mais desfavoravel porem, que seja nosso juizo acerca do sr. João Antonio de Vasconcellos como administrador da provincia, não podemos de forma alguma crer, que elle se rebaixasse a tal ponto, que mandasse praticar esse acto so proprio de quem tem vivido na infamia, e pretende morrer nella! Mas é de lastimar, que algum, ou alguns, abuzando da posição, que certamente tem junto a presidencia, ou pelo menos de sua amizade, lançasse mão de seus ordenanças para actos de semilhante natureza. Conheça porem o sr. Vasconcellos a gente de que se deixa cercar; e esse ou esses, que assim precederão devessem estar persuadidos, que factos taes só deslourão a quem os pratica.

Quem não tem vergonha todo mundo é seo, muito reverendo sr. Batarja!...

FACTOS DIVERSOS.

Na noite de 9 do corrente fugirão da cadeia desta capital os prezos, os srs. Bento José Feteira Ponteiro, Manoel José dos Santos Leal; e o sentenciado Antonio Francisco; o 1^o estava pronunciado por crime politico; e o 2^o ainda não tinha processo, porem vivia carregado de ferros dentro da cadeia, algemado a noite, e de dia com grilhões aos pés!!! Seo crime era ser irmão do Tenente-Coronel Santos Leal, que tomou parte na revolta, assistindo a acção, que teve lugar na Cidade d' Arca! O carcereiro fugio tam-bem com esses prezos, deixando porem a cadeia fechada.

A facção está exasperada com essa pessa que lhe pregarão, e procura victimas, em que possa saciar seu furor: veremos o resultado de tanto empenho em se descobrir convenientes.

O Tribunal do Jury da Villa de Bananeiras, absolvêo a todos os vinte cidadãos, que ali forão pronunciados pelo dr. Chefe de policia por crime de sedição: nem o juiz, presidente do Tribunal, e nem o Promotor publico appellarão da sentença. Findarão pois os sofrimentos de tantos Cidadãos, que a mezes vivião foragidos, por que assim querião os juris consultos, chefe de policia, e presidente.

O juiz municipal da Villa de Bananeira sr. dr. Fausto Euzemim da Cruz Gouveia, irmão do Delegado da Villa do Pillar sr. Ismael da Cruz Gouveia, acaba de ser suspenso do exercicio do seo emprego pelo Ex. Presidente da provincia, que para isto pretextou, não ter elle apresentado em tempo seo titulo de juiz municipal. Cumpre porem notar-se que o sr. dr. Fausto foi o juiz, que presidio ao Jury, em que forão absolvidos todos esses cidadãos, que ali tinham sido pronunciados pelo chefe de policia, que considerou como si-dição uma reunião popular, que ali houve, não obstante a approvação, que a ella dera o sr. Vasconcellos; e nao tendo appellado da sentença o sr. dr. Fausto, desafiou por isso as iras da facção, que só vive de perseguções e exterminios.